RESUMO
O presente artigo investiga as concepções que professores da Educação Infantil possuem sobre o desenho infantil e as práticas pedagógicas que emergem dessas concepções. Partindo da compreensão do desenho como linguagem expressiva, diagnóstica e mediadora do processo de aprendizagem, buscou-se analisar como educadores interpretam e utilizam essa produção no cotidiano escolar. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada em um Centro de Educação Infantil da zona leste de São Paulo, por meio de observações, registros de campo e entrevistas semiestruturadas. Os resultados revelam que, apesar de reconhecerem a importância do desenho, muitos professores ainda o utilizam de forma restrita, vinculada principalmente a datas comemorativas e modelos estereotipados, demonstrando desconhecimento sobre as fases do grafismo infantil. O estudo aponta a necessidade de formação continuada para ampliar o olhar docente e ressignificar o uso pedagógico do desenho.

PALAVRAS-CHAVE: Desenho infantil; Educação Infantil; Prática docente; Desenvolvimento infantil; Psicopedagogia.

ABSTRACT
This article investigates the conceptions that Early Childhood Education teachers have about children's drawings and the pedagogical practices that emerge from these conceptions. Based on the understanding of drawing as an expressive, diagnostic, and mediating language in the learning process, the study aimed to analyze how educators interpret and use this production in their daily school routine. The research, qualitative in nature, was conducted in an Early Childhood Education Center located in the eastern area of São Paulo, through observations, field notes, and semi-structured interviews. The results reveal that, although teachers recognize the importance of drawing, many still use it in a limited way, mainly associated with commemorative dates and stereotyped models, demonstrating a lack of knowledge about the stages of children's graphic development. The study highlights the need for continuing teacher education in order to broaden pedagogical perspectives and re-signify the educational use of children's drawings.

KEYWORDS: Children's drawing; Early Childhood Education; Teaching practice; Child development; Psychopedagogy.

INTRODUÇÃO
O desenho infantil constitui-se como uma das primeiras formas de expressão da criança, manifestando aspectos cognitivos, emocionais, motores e sociais. Antes mesmo da consolidação da linguagem escrita, a criança já comunica percepções, sentimentos, experiências e compreensões de mundo por meio de traços, formas e cores. Nesse sentido, o desenho ultrapassa a dimensão estética ou lúdica, configurando-se como linguagem simbólica fundamental no processo de desenvolvimento humano. Ao desenhar, a criança organiza pensamentos, experimenta hipóteses, elabora vivências e constrói significados, revelando elementos importantes de sua subjetividade e de seu contexto sociocultural.
Estudos clássicos sobre o grafismo infantil, como os de Georges-Henri Luquet, evidenciam que o desenho passa por fases evolutivas, que vão do realismo fortuito ao realismo visual, demonstrando que a produção gráfica não é aleatória, mas estruturada segundo níveis de desenvolvimento cognitivo. De modo semelhante, Viktor Lowenfeld sistematizou etapas do desenvolvimento artístico infantil, destacando a importância de respeitar a expressão espontânea da criança e evitar interferências que limitem sua criatividade. Para esses autores, o desenho não deve ser compreendido como simples reprodução da realidade, mas como representação simbólica construída a partir das experiências e das possibilidades cognitivas de cada faixa etária.
Além da perspectiva evolutiva, abordagens contemporâneas também reconhecem o desenho como instrumento diagnóstico e mediador de aprendizagens. Ao observar atentamente as produções

infantis, o professor pode identificar avanços no desenvolvimento motor, na organização espacial, na construção da figura humana e na capacidade narrativa. O desenho, portanto, torna-se recurso pedagógico potente para acompanhar processos, planejar intervenções e promover interações significativas. Entretanto, apesar do reconhecimento teórico de sua relevância, sua utilização pedagógica ainda se revela limitada em muitos contextos escolares.

Na prática docente cotidiana, o desenho frequentemente é reduzido a atividade complementar, destinada ao preenchimento do tempo ou à reprodução de modelos prontos, especialmente em datas comemorativas. Essa prática desconsidera tanto as fases do desenvolvimento gráfico quanto os significados atribuídos pela própria criança à sua produção. Ao impor estereótipos — como moldes padronizados de figuras humanas, casas ou árvores —, o educador pode inibir a expressão individual e comprometer o potencial criativo da atividade. Tal realidade evidencia uma lacuna entre o conhecimento científico produzido na área e as práticas efetivamente desenvolvidas na Educação Infantil.

Diante desse cenário, torna-se fundamental refletir sobre as concepções docentes que orientam o trabalho com o desenho infantil. As práticas pedagógicas não são neutras; elas emergem de crenças, formações e experiências acumuladas ao longo da trajetória profissional. Assim, compreender como os professores percebem o desenho — se como linguagem, recurso diagnóstico ou mera atividade ilustrativa — permite analisar as intencionalidades presentes em suas intervenções e propor caminhos para sua ressignificação.

Desse modo, este artigo busca analisar as concepções de professores da Educação Infantil acerca do desenho infantil e compreender como essas percepções influenciam suas práticas pedagógicas, contribuindo para o debate sobre a necessidade de formação continuada que amplie o olhar docente e fortaleça o desenho como linguagem legítima no processo educativo.

BREVE HISTÓRICO DO DESENHO INFANTIL

Os primeiros estudos sistematizados sobre o desenho infantil passaram a ganhar visibilidade a partir das transformações sociais ocorridas após a Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX. Nesse período, consolidou-se uma nova concepção de infância. A criança deixou de ser percebida como um "adulto em miniatura" e passou a ser reconhecida como sujeito em desenvolvimento, com características próprias, necessidades específicas e formas singulares de expressão. Essa mudança de olhar foi fundamental para que práticas educativas e investigações científicas começassem a considerar as produções infantis como objeto legítimo de estudo.

No campo da pedagogia, pensadores como Friedrich Fröbel, criador do Jardim de Infância, defenderam a importância do brincar e da atividade espontânea como elementos centrais da educação infantil. Fröbel valorizava a expressão criadora da criança e reconhecia o desenho como uma das formas de manifestação simbólica do pensamento infantil. Da mesma forma, Maria Montessori enfatizou a autonomia e a atividade sensorial como fundamentos do desenvolvimento, defendendo que a criança aprende por meio da ação e da experimentação. Outros educadores, como Johann Amos Comenius e Johann Heinrich Pestalozzi, também contribuíram para a construção de uma nova concepção de infância, ao defenderem métodos educativos que respeitassem o ritmo e as capacidades próprias da criança. Essas ideias, embora não centradas especificamente no desenho infantil, abriram caminho para que a produção gráfica passasse a ser compreendida como parte integrante do desenvolvimento.

No campo da psicologia, destaca-se o trabalho de James Sully, que no final do século XIX publicou estudos voltados à análise do desenho infantil. Sully acreditava que o desenho deveria basear-se na observação da natureza, compreendendo-o como forma de aproximação entre percepção e representação. A partir de suas investigações, propôs três fases principais: a garatuja, caracterizada por traços ainda desorganizados; o desenho esquemático, no qual surgem formas reconhecíveis; e o desenho elaborado, marcado por maior intencionalidade e detalhamento. Essas classificações iniciais influenciaram significativamente estudos posteriores. Entretanto, foi no final

do século XIX e início do século XX que o desenho infantil passou a ser investigado com maior profundidade científica. Entre os principais pesquisadores destacam-se Georges-Henri Luquet e Viktor Lowenfeld, considerados pioneiros na sistematização das fases do grafismo infantil.
Luquet analisou o desenho sob a perspectiva da representação da realidade, propondo estágios como o realismo fortuito, o realismo falhado, o realismo intelectual e o realismo visual. Para ele, o desenho infantil revela a maneira como a criança compreende o mundo, desenhando aquilo que sabe sobre o objeto e não apenas aquilo que vê.
Lowenfeld, por sua vez, ampliou essa abordagem ao relacionar o desenvolvimento gráfico aos aspectos emocionais e criativos da criança. Em sua obra, descreveu fases como a garatuja, a pré-esquemática, a esquemática e o início do realismo, ressaltando a importância de respeitar a expressão espontânea e evitar interferências padronizadoras. Sua contribuição foi decisiva para que o desenho fosse reconhecido não apenas como produto artístico, mas como manifestação do desenvolvimento global infantil.
Posteriormente, pesquisadores como Méredieu aprofundaram a análise simbólica do desenho, reforçando seu valor como linguagem e instrumento de compreensão da subjetividade infantil.
Assim, o percurso histórico do desenho infantil revela uma transição significativa: de simples atividade recreativa para objeto de investigação científica e instrumento pedagógico relevante. A consolidação desses estudos permitiu compreender o desenho como linguagem estruturada, vinculada ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, fundamentando práticas educativas mais conscientes e respeitosas da singularidade infantil.





FASES DO DESENVOLVIMENTO DO DESENHO DA CRIANÇA SEGUNDO LUQUET E LOWENFELD

O estudo das fases do desenvolvimento do desenho infantil ganhou relevância a partir das investigações realizadas por pesquisadores que buscaram compreender como a criança representa o mundo por meio de sua produção gráfica. Entre os estudiosos que mais contribuíram para essa sistematização destacam-se Georges-Henri Luquet (1876-1965) e Viktor Lowenfeld (1903-1960), cujas teorias ainda fundamentam reflexões pedagógicas contemporâneas sobre o grafismo infantil.
Luquet, filósofo francês, dedicou-se durante aproximadamente uma década à observação e análise dos desenhos de sua filha Simone. A partir desse estudo detalhado, concluiu que o desenho infantil evolui de acordo com transformações cognitivas e perceptivas próprias do desenvolvimento da criança. Para o

autor, o grafismo passa por quatro fases distintas. A primeira, denominada realismo furtuito, ocorre por volta dos dois anos de idade, quando a criança ainda realiza garatujas sem intenção representativa clara. Nessa etapa, o significado do desenho surge após sua realização; a criança olha para o traço e passa a atribuir-lhe sentido, ainda que esse sentido não tenha orientado o gesto inicial.
Na fase seguinte, chamada realismo fracassado, geralmente entre três e quatro anos, a criança já manifesta a intenção de representar objetos ou pessoas. Entretanto, encontra dificuldades para concretizar plenamente essa intenção, pois suas habilidades motoras e perceptivas ainda estão em desenvolvimento. O resultado é marcado por tentativas e ajustes, revelando um processo de construção gradual da representação.
Posteriormente, entre aproximadamente quatro e doze anos, instala-se o chamado realismo intelectual. Nessa fase, a criança desenha aquilo que sabe sobre o objeto e não apenas o que vê. É comum que represente elementos invisíveis ou organize a cena de maneira que expresse seu conhecimento conceitual sobre o mundo. O desenho torna-se, portanto, expressão do pensamento, evidenciando que a criança utiliza a linguagem gráfica como forma de comunicar compreensões e significados.
Por fim, a partir dos doze anos, surge o realismo visual, momento em que o adolescente busca maior fidelidade à realidade observada. A preocupação com perspectiva, proporção e detalhes intensifica-se, assim como a autocrítica. Segundo Luquet, é nessa etapa que frequentemente ocorre o declínio do interesse espontâneo pelo desenho, em razão da comparação com padrões mais realistas e da insatisfação com o próprio desempenho.
De maneira complementar, Lowenfeld desenvolveu uma abordagem voltada não apenas à representação da realidade, mas também à dimensão expressiva e emocional da produção artística infantil. Para ele, o desenho constitui manifestação do desenvolvimento global da criança, integrando aspectos motores, cognitivos e afetivos. Lowenfeld descreveu estágios que dialogam com as fases propostas por Luquet, embora com ênfase distinta.

No estágio das garatujas, que ocorre entre dois e quatro anos, o desenho está ligado principalmente ao prazer do movimento. As linhas são sobrepostas e desordenadas, mas progressivamente a criança passa a controlar o traço e a atribuir significado às produções. Em seguida, no estágio pré-esquemático, entre quatro e sete anos, surgem representações reconhecíveis, especialmente da figura humana, ainda marcadas por desproporções e variações espaciais.
No estágio esquemático, geralmente entre sete e nove anos, a criança desenvolve esquemas estáveis para representar objetos e pessoas. Observa-se maior organização do espaço gráfico, com a presença de linha de base e repetição de padrões simbólicos. Já no estágio do realismo, entre nove e doze anos, há maior preocupação com detalhes e proporções, acompanhada de crescente senso crítico. Assim como Luquet, Lowenfeld identifi-i cou que, nesse período, pode emergir o desinteresse pelo desenho, em virtude da autocrítica e da comparação com modelos considerados mais "corretos".
Embora partam de enfoques distintos — Luquet enfatizando a representação cognitiva e Lowenfeld destacando a expressão criativa — ambos convergem ao afirmar que o desenho infantil segue um percurso evolutivo relacionado ao desenvolvimento global da criança. Suas contribuições permitem compreender que o grafismo não é aleatório nem meramente decorativo, mas expressão estruturada do pensamento e da subjetividade infantil. Para a Educação Infantil, essa compreensão é fundamental, pois orienta práticas pedagógicas que respeitem o ritmo de cada criança, valorizem o processo criativo e evitem intervenções padronizadoras que possam comprometer a autenticidade da expressão gráfica.





O DESENHO COMO POSSIBILIDADE DE AVALIAÇÃO

O desenho infantil, além de constituir-se como linguagem expressiva e mediadora do desenvolvimento, pode também assumir relevante papel no campo avaliativo, especialmente na perspectiva psicopedagógica. Nesse contexto, o desenho não é analisado apenas como produção artística, mas como manifestação simbólica que revela aspectos cognitivos, emocionais e relacionais da criança. Sua interpretação, quando realizada com fundamentação teórica e critérios técnicos, pode contribuir para a compreensão de dificuldades de aprendizagem e para a elaboração de intervenções pedagógicas mais adequadas.

Na avaliação psicopedagógica, o desenho é considerado um instrumento complementar que possibilita ao profissional observar indicadores relacionados à organização espacial, coordenação motora, estruturação do pensamento, percepção corporal e elaboração simbólica. Traços, formas, proporções, ocupação do espaço e narrativas associadas à produção gráfica oferecem pistas importantes sobre o modo como a criança percebe a si mesma e o ambiente em que está inserida. Contudo, é fundamental destacar que o desenho não deve ser interpretado de maneira isolada ou determinista. Ele compõe um conjunto de procedimentos avaliativos que incluem entrevistas, observações, análise do histórico escolar e diálogo com a família.

Entre os recursos utilizados na Psicopedagogia destacam-se os chamados desenhos projetivos. Esses instrumentos baseiam-se na premissa de que, ao desenhar livremente ou a partir de uma solicitação específica, a criança projeta conteúdos internos — desejos, conflitos, medos, expectativas — que podem não ser verbalizados diretamente. Assim, o desenho torna-se meio concreto por meio do qual aspectos subjetivos emergem simbolicamente. A análise desses elementos contribui para o levantamento de hipóteses diagnósticas, especialmente quando articulada a outros dados coletados durante o processo avaliativo.

Os testes projetivos, amplamente utilizados também na psicologia clínica, não possuem caráter conclusivo isoladamente. Seu objetivo principal é auxiliar na compreensão global da criança, oferecendo subsídios para a investigação das possíveis causas das dificuldades apresentadas. No âmbito escolar, podem indicar, por exemplo, fragilidades na organização espacial que impactam a escrita, insegurança emocional que interfere na participação em sala de aula ou dificuldades na elaboração simbólica que afetam a compreensão de conteúdos abstratos.

Entretanto, o uso do desenho como instrumento avaliativo exige formação específica e postura ética rigorosa. Interpretações simplistas ou baseadas em senso comum podem gerar equívocos e rótulos prejudiciais ao desenvolvimento infantil. A análise deve considerar a faixa etária, o contexto sociocultural e as experiências prévias da criança. Um traço considerado "impreciso" pode ser apenas expressão compatível com determinada fase do desenvolvimento gráfico, conforme apontado por estudos sobre o grafismo infantil.

Além do caráter diagnóstico, o desenho também pode assumir função formativa na avaliação escolar. Quando o professor observa a evolução das produções ao longo do tempo, registra narrativas associadas e dialoga com a criança sobre suas representações, está realizando uma avaliação processual e qualitativa. Nesse sentido, o desenho deixa de ser apenas instrumento clínico e passa a integrar práticas pedagógicas que valorizam o acompanhamento contínuo do desenvolvimento.

Assim, compreender o desenho como possibilidade de avaliação implica ampliar o olhar sobre a infância. Mais do que identificar dificuldades, trata-se de reconhecer potencialidades, compreender singularidades e planejar intervenções que favoreçam o desenvolvimento integral. Quando articulado à escuta sensível e à análise contextualizada, o desenho torna-se ferramenta potente tanto para o psicopedagogo quanto para

o educador, contribuindo para práticas mais inclusivas, reflexivas e humanizadas no espaço escolar.

OLHARES SOBRE O DESENHO INFANTIL

Neste capítulo, analisamos os diferentes olhares sobre o desenho infantil a partir das observações e registros realizados na prática pedagógica de duas professoras do CEI Jardim Silva Telles, localizado na zona leste de São Paulo. A análise fundamenta-se na perspectiva qualitativa da pesquisa, considerando não apenas as ações docentes, mas também as concepções implícitas que orientam essas práticas no cotidiano escolar.

Durante o período de observação, foi possível constatar que o desenho aparecia majoritariamente vinculado a datas comemorativas, como Páscoa e Dia do Índio. Nessas ocasiões, as atividades eram previamente planejadas com a oferta de desenhos impressos, digitalizados e estereotipados, geralmente retirados de materiais prontos disponíveis na internet. As crianças recebiam figuras padronizadas para colorir ou completar, o que restringia significativamente a possibilidade de criação autoral e expressão espontânea.

A professora do período da manhã demonstrava preocupação com as crianças que "rabiscavam demais" as imagens propostas, interpretando os traços fora do contorno como descuido ou falta de atenção. Tal postura revela uma concepção de desenho centrada no produto final e na adequação estética, em detrimento do processo criativo. O rabisco, que segundo estudos sobre o grafismo infantil representa etapa fundamental do desenvolvimento, era percebido como erro a ser corrigido, e não como manifestação legítima da fase em que a criança se encontra.

Já a professora do período da tarde evidenciava maior interesse na organização estética do ambiente escolar. Sua preocupação estava voltada à seleção dos desenhos considerados "mais bonitos" para compor um painel temático do Dia do Índio, posteriormente exposto na porta da sala. Nesse caso, observa-se uma valorização do resultado visual e da apresentação institucional, reforçando práticas que privilegiam a comparação entre produções e, consequentemente, podem gerar exclusão simbólica das crianças cujos desenhos não se enquadram nos padrões esperados.

Essas situações evidenciam que o desenho, embora presente na rotina, não era explorado como linguagem expressiva ou instrumento de acompanhamento do desenvolvimento infantil. Ao restringi-lo a atividades comemorativas e modelos prontos, a prática pedagógica limita as possibilidades de experimentação, autonomia e construção simbólica. Além disso, a ausência de diálogo com as crianças sobre suas produções impede a compreensão dos significados atribuídos por elas aos seus desenhos.

A análise dessas práticas torna-se ainda mais significativa quando articulada aos conhecimentos construídos nas disciplinas do curso de Psicopedagogia da Universidade Nove de Julho (Uninove). O aprofundamento teórico possibilitou reconhecer que tais intervenções, embora comuns no contexto escolar, revelam lacunas formativas no que se refere à compreensão das fases do desenvolvimento gráfico e ao potencial do desenho como linguagem e instrumento avaliativo.

Diante desse cenário, elaborou-se um projeto de intervenção com o objetivo de propor à Coordenação Pedagógica da unidade a inclusão de estudos sobre o desenho infantil nas formações continuadas e nas Reuniões Pedagógicas. A proposta visa ampliar o repertório teórico dos docentes, promover reflexões coletivas sobre as práticas desenvolvidas e estimular a ressignificação do uso do desenho em sala de aula. Pretende-se, assim, deslocar o foco do produto final para o processo criativo, valorizando a escuta sensível, a documentação pedagógica e o respeito às fases do grafismo infantil.

Acredita-se que, ao investir em formação continuada e em espaços de reflexão coletiva, a escola pode transformar seus olhares sobre o desenho infantil, reconhecendo-o como linguagem potente, instrumento de avaliação formativa e meio de expressão singular da criança. Ressignificar essa prática implica também reafirmar o compromisso com uma Educação Infantil que valorize a autonomia, a criatividade e o desenvolvimento integral.

PROJETO DE INTERVENÇÃO: RESSIGNIFICANDO O DESENHO INFANTIL NA FOR-

MAÇÃO DOCENTE

A análise das práticas observadas no CEI Jardim Silva Telles evidenciou a necessidade de promover um movimento formativo que possibilite a ressignificação do desenho infantil no contexto da Educação Infantil. As situações identificadas — como a priorização de atividades vinculadas a datas comemorativas, o uso recorrente de desenhos estereotipados e a valorização excessiva do produto final — revelam concepções pedagógicas que limitam o potencial expressivo e formativo do desenho. Diante desse cenário, elaborou-se um projeto de intervenção com foco na formação continuada dos professores, entendendo que a transformação das práticas passa, necessariamente, pela ampliação do repertório teórico e reflexivo dos educadores.

O projeto tem como objetivo central promover a ressignificação das práticas relacionadas ao desenho infantil, fortalecendo sua compreensão como linguagem expressiva, instrumento de avaliação formativa e recurso de acompanhamento do desenvolvimento integral da criança. Parte-se do pressuposto de que as práticas docentes são orientadas por concepções construídas ao longo da formação inicial, das experiências profissionais e das culturas institucionais. Assim, oferecer espaços sistemáticos de estudo e reflexão coletiva constitui estratégia fundamental para a revisão dessas concepções.

A intervenção será desenvolvida durante os momentos de formação continuada e Reuniões Pedagógicas já previstas no calendário escolar, garantindo sua viabilidade institucional. Inicialmente, propõe-se a realização de rodas de conversa com os professores, com o intuito de identificar as concepções predominantes sobre o desenho infantil e compreender como essas ideias orientam as práticas cotidianas. Questões problematizadoras, como "Qual a função do desenho na Educação Infantil?" e "O que observamos quando analisamos o desenho de uma criança?", servirão de ponto de partida para o diálogo.

Na etapa seguinte, serão apresentados estudos teóricos acerca das fases do desenvolvimento do grafismo infantil, possibilitando que os docentes relacionem teoria e prática. A análise de produções reais das crianças da própria unidade permitirá que o grupo reconheça características das diferentes fases e compreenda que rabiscos, desproporções e variações espaciais fazem parte do processo de desenvolvimento, não configurando erros, mas manifestações próprias de cada etapa.

O projeto também prevê momentos de reflexão crítica sobre o uso de modelos prontos e atividades estereotipadas. A intenção não é culpabilizar práticas anteriores, mas problematizá-las à luz dos conhecimentos científicos e das diretrizes que orientam a Educação Infantil contemporânea. A partir dessa reflexão, os professores serão incentivados a planejar propostas que valorizem o desenho livre, a experimentação de diferentes materiais e a escuta sensível das narrativas das crianças sobre suas produções.

Outro aspecto central da intervenção refere-se à incorporação do desenho como instrumento de avaliação formativa. Ao documentar as produções ao longo do tempo e dialogar com as crianças sobre seus desenhos, o professor passa a acompanhar processos de desenvolvimento, identificando avanços, interesses e necessidades. Essa prática contribui para uma avaliação mais qualitativa, processual e humanizada.

Espera-se que, ao final da intervenção, os professores ampliem seu olhar sobre o desenho infantil, reconhecendo-o como linguagem legítima da infância e elemento estruturante do trabalho pedagógico. Mais do que alterar atividades pontuais, o projeto busca promover mudança de concepção, fortalecendo uma prática educativa que respeite a singularidade da criança, valorize seu processo criativo e compreenda o desenho como expressão de pensamento, emoção e aprendizagem.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar as concepções de professores da Educação Infantil acerca do desenho infantil e compreender de que maneira essas percepções influenciam suas práticas pedagógicas. A partir da investigação realizada em um Centro de Educação Infantil da zona leste de São Paulo, foi possível identificar que, embora o desenho esteja presente na rotina escolar, sua utilização ainda ocorre de forma restrita e, muitas vezes, desvinculada de sua dimensão expressiva e formativa.

As observações evidenciaram a predominância de atividades relacionadas a datas comemorativas, bem como o uso frequente de modelos estereotipados e impressos digitalmente. Nessas situações, o foco recaía sobre o produto final e a estética da produção, em detrimento do processo criativo e da escuta sensível da criança. Tal prática revela concepções que compreendem o desenho como atividade complementar ou ilustrativa, e não como linguagem simbólica estruturante do desenvolvimento infantil.

O diálogo com os estudos de Georges-Henri Luquet e Viktor Lowenfeld permitiu compreender que o grafismo infantil segue fases relacionadas ao desenvolvimento cognitivo, motor e emocional. Desconsiderar essas etapas pode levar a interpretações equivocadas das produções infantis, rotulando como erro aquilo que constitui manifestação legítima do processo evolutivo da criança.

Além disso, a análise evidenciou que o desenho pode assumir importante papel na avaliação formativa e psicopedagógica, desde que utilizado com fundamentação teórica e postura ética. Quando articulado à observação contínua e à escuta das narrativas infantis, o desenho transforma-se em instrumento potente de acompanhamento do desenvolvimento e de identificação de necessidades específicas.

Diante desse cenário, o projeto de intervenção proposto reforça a importância da formação continuada como espaço privilegiado para a ressignificação das práticas docentes. Ao ampliar o repertório teórico e promover reflexão coletiva, a escola fortalece uma concepção de Educação Infantil que reconhece a criança como sujeito produtivo, produtor de cultura e de sentidos.

Conclui-se que ressignificar o desenho infantil no contexto escolar implica deslocar o foco do produto para o processo, da padronização para a singularidade e da correção para a mediação. Trata-se de reafirmar o compromisso com uma prática pedagógica que valorize a expressão criativa, respeite o desenvolvimento infantil e compreenda o desenho como linguagem essencial na construção do conhecimento e da identidade da criança.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Ana Angélica, O espaço do desenho: a educação do educador. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2013.p.21-43-44.

ARIÈS, Philippe. História Social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro:Guanabara,1981. p.10.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/COEDI, v.3. 1998.p.48-93.

DERDYK, Edith. Formas de Pensar o Desenho desenvolvimento do grafismo infantil.5. ed. Porto Alegre: ZOUK, 2015.p.68-96-108.

MARINO, Divo. O desenho da Criança. São Paulo; DO Brasil, 1957.p.88-90.

MÈREDIEU, Florence. O desenho infantil. São Paulo: ed. Cultrix, 1974.p.3-4-20.
PIAGET, Jean. Formação do Símbolo na criança.12. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.p.42

PORTO, Olivia. Psicopedagogia Institucional, teoria, pratica e assessoramento psicopedagógico.2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2007.